 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 001. A antropologia da morte: perspectivas etnográficas em diálogo.

Hippolyte Brice Sogbossi (Departamento de Ciências Sociais/Universidade Federal de Sergip) - Coordenador/a, Thiago Zanotti Carminati (Universidade Regional do Cariri) - Coordenador/a A import?ncia dos estudos sobre a morte ? ineg?vel. Nem sempre teve a aten??o adequada esse fato universal. Aos poucos, surgem estudos especializados em v?rios dom?nios do conhecimento. A morte ? um fen?meno f?sico, social e cultural e desperta muita curiosidade. Um acontecimento, experienciado, vivido de m?ltiplas formas que implicam os vivos na situa??o de observadores da morte do outro. Mas h? tamb?m a n?o-morte: a carne ?morre? mas a pessoa vive. A atual proposta, considerando a diversidade de enfoques sobre o fato, objetiva acolher e discutir trabalhos transdisciplinares, sendo que o di?logo com a antropologia ? fundamental. Estudos comparativos tamb?m s?o bem vindos, e os enfoques dever?o questionar e contextualizar as teorias hegem?nicas ocidentais sobre a morte. Prefer?ncia ser? dada a etnografias que versem sobre a tem?tica, em situa?es como o suic?dio, a morte por desaparecimento, o falecimento como resultado de doen?as, a morte misteriosa, o infantic?dio, o assassinato, o fenecimento e os rituais religiosos ligados; enfim, morte como ligada a contextos pol?ticos, sociais, biol?gicos e culturais.

Sangrando em página dupla: representações da morte na imprensa brasileira durante o regime militar

Autoria: Marcelo Eduardo Leite, Leylianne Alves Vieira

Historicamente, a morte foi objeto de variadas interpretações e representações nas mais diversas sociedades, em lugares e tempos distintos, provocando maneiras singulares de processos rituais. Dentre as mais variadas formas de representação da morte, em sentido amplo, e do morto, em âmbito privado, as imagens ganharam importância. Desde máscaras e pinturas, construídas ao longo dos séculos, até o uso da fotografia, em tempos mais recentes, as imagens fotográficas de pessoas mortas passaram a integrar as narrativas dos álbuns fotográficos. É fundamental que reconheçamos que as representações da morte potencializam aspectos da memória, tanto no âmbito privado, como no coletivo, permitindo que tenhamos algo que diminua o sentimento de perda. Imagens de mortos também estiveram presentes em variadas narrativas midiáticas do século XX. Em muitos casos, o propósito é sobrepor a presença da morte às lembranças do indivíduo em vida. Tais imagens representam o morto, evocando uma presença física e, ainda, sua representação visual, seja no sentido de exaltar sua relevância, ou de tornar pública sua morte. No século XX a fotografia passou por um intenso processo de transformação técnica que permitiu a projeção de uma pluralidade de discursos, dentre eles o da morte, sobretudo relacionada aos eventos políticos. Na história recente temos alguns exemplos da exposição fotográfica de personagens determinantes da vida política e social, cuja representação imagética da morte foi muito além de uma comprovação, tendo ainda o objetivo de promover o esfacelamento das ideias e o fim de uma liderança, como é o caso de Antônio Conselheiro, fotografado por Flávio de Barros, ou de Che Guevara, fotografado por Marc Hutten. No caso brasileiro, alguns dos principais veículos de mídia ajudaram a corroborar o discurso da ditadura militar. Após a promulgação do Ato Institucional Nº 5, a censura foi instituída e passou-se a enfrentar problemas para publicar determinadas versões dos acontecimentos. Neste contexto, duas das principais revistas do país publicaram fotografias que estampavam os corpos crivados de bala dos principais ‘inimigos do regime’: Carlos Marighela (O Cruzeiro, 1969) e Carlos Lamarca (Manchete, 1971). Nestes casos, a publicação das

 ISBN: 978-85-87942-61-6

imagens atendia a ao menos dois objetivos: 1) ampliar a sensação pública de combate ao terrorismo e 2) comprovar a morte dos personagens. As cenas foram montadas pela polícia para a tomada das fotografias, apontando para a existência de determinados interesses. Propomos, portanto, analisar como estas imagens foram inseridas dentro do contexto de ditadura militar, assumindo um papel na narrativa do combate às esquerdas armadas. Mesmo após estas tentativas de morte das personagens, elas continuam vivas nos campos político e social.

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**